

**PEQUENO  
GUIA DE COTAS  
SOCIAIS E RACIAIS**



**OBSERVATÓRIO DO  
CONHECIMENTO**

# INTRODUÇÃO

LEIA +  
NO SITE:  
[OBSERVATORIODODOCONHECIMENTO.ORG.BR](http://OBSERVATORIODODOCONHECIMENTO.ORG.BR)

No final dos anos 90, o debate sobre as cotas sociais e raciais nas universidades públicas foi um marco na discussão sobre racismo estrutural no Brasil. O país, que nunca tinha rompido seu imaginário colonial nem enfrentado o mito da democracia racial, se deparou com a oportunidade de reconhecer o legado de violações sistêmicas de direitos às populações negra e pobre.

Embora tratada por setores partidários e da imprensa como "polêmica", a aprovação da política de cotas foi um primeiro passo afirmativo para reparar dívidas históricas. Na prática, as últimas duas décadas de implementação das cotas sociais e raciais ampliou e diversificou o acesso popular à universidade, mudou o perfil do estudante universitário e gerou impactos positivos no conjunto da sociedade brasileira.

Em 2000, a UERJ foi a primeira universidade pública a adotar o sistema de cotas sociais e raciais. Não é mera coincidência, portanto, que uma das principais tentativas de eliminar as cotas universitárias no país parta do deputado Rodrigo Amorim (PSL), da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), que apresentou projeto de lei que pretende abolir as cotas raciais para o ingresso nas instituições estaduais de ensino superior. No entanto, projetos similares já foram apresentados em âmbito federal, como o projeto da deputada federal Dayane Pimentel (PSL-BA), que pretendia revogar a Lei de Cotas de 2012.

# POLÍTICA DE COTAS SOCIAIS E RACIAIS SIM!

O objetivo de políticas afirmativas como a Lei de Cotas é corrigir distorções no acesso ao ensino superior público resultantes de desigualdades sociais e raciais estruturais e históricas na sociedade. Garantir reserva de vagas para a população negra nas universidades federais é uma tentativa de compensar parte dos muitos obstáculos enfrentados pelas pessoas negras direta ou indiretamente causados pelo racismo.

As cotas sociais e raciais para o acesso ao ensino superior público foram implementadas pela primeira vez pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em 2000. Em 2004, a Universidade de Brasília (UnB) se tornou a primeira universidade federal a instituir o mesmo sistema. Em 2012, a lei 12.711, também conhecida como Lei de Cotas, finalmente estabeleceu regras únicas para a adoção de cotas raciais e sociais pelas universidades e instituições federais em todo o país.-

Para além de conquista pessoal sonhada por tantas famílias em todo o país, a entrada na universidade é oportunidade para o estudante desenvolver a personalidade, expandir conhecimentos, descobrir outras realidades e perspectivas e se preparar para o mercado de trabalho.

LEIA +  
NO SITE:

[OBSERVATORIODOCONHECIMENTO.ORG.BR](http://OBSERVATORIODOCONHECIMENTO.ORG.BR)

# COMO FUNCIONA A LEI DAS COTAS?

A Lei de Cotas determina que 50% das vagas em universidades e instituições federais de ensino superior sejam reservadas a candidatos que cursaram o ensino médio em instituições públicas de ensino. Dentro desse contingente, a legislação estabelece que pelo menos metade seja destinada a estudantes cujas famílias têm renda per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo; e que uma proporção equivalente à soma das populações preta, parda e indígena do estado em que está localizada a instituição seja reservada para candidatos dessas etnias. Em 2016, a lei 13.409 determinou, ainda, reserva de vagas para pessoas com deficiência, também na mesma proporção que a população do estado de referência.

Mas será que essa reserva de vagas para cotistas reduziu oportunidades para outros candidatos? Segundo o professor e ex-ministro da Educação Renato Janine Ribeiro, desde que as cotas começaram a ser implementadas, o número de vagas da chamada “livre concorrência” aumentou em 15%. Isso significa que, nas últimas duas décadas, o acesso ao ensino superior público foi expandido a todos os perfis de estudantes, independentemente dos critérios para se candidatar às cotas. É um erro, portanto, assumir que as cotas “tiram” vagas daqueles que não se encaixam nos critérios raciais e sociais.

LEIA +  
NO SITE:  
[OBSERVATORIO DO CONHECIMENTO.ORG.BR](http://OBSERVATORIO DO CONHECIMENTO.ORG.BR)

LEIA +  
NO SITE:  
OBSERVATORIO DO CONHECIMENTO.ORG.BR

# A LEI DE COTAS MUDOU A UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA

COR		2003	2014
BRANCA	IFs E UNIVERSIDADES	59,4%	45,7%
	POPULAÇÃO TOTAL	52,0%	45,5%
PARDA/ NEGRA	IFs E UNIVERSIDADES	34,2	47,6
	POPULAÇÃO TOTAL	47,4	53,6

FONTE: MELLO & SENKEVICS

Apesar das dificuldades em monitorar a implementação e o impacto da Lei de Cotas, é possível identificar mudanças claras no perfil dos estudantes de ingressam em instituições federais de ensino superior. Essa tabela elaborada por pesquisadores do Inep com base em dados produzidos pela Andifes, indica clara diminuição nas distorções entre os percentuais de pessoas pretas, pardas e indígenas na população brasileira e na composição de graduandos de universidades e institutos federais.

# COTAS COMO REPARAÇÃO DE DANOS DO RACISMO ESTRUTURAL

LEIA +

NO SITE:

[OBSERVATORIODOCOHECIMENTO.ORG.BR](http://OBSERVATORIODOCOHECIMENTO.ORG.BR)

As cotas raciais têm como objetivo compensar os graves níveis de desigualdade no acesso a oportunidades criados pelo racismo. No Brasil, a população negra ganha 42% a menos do que a população branca; os negros representam 64% do total de desempregados; 76% das pessoas mais pobres do país são negras. No país campeão em número absoluto de homicídios, um jovem negro é assassinado a cada 23 minutos; a polícia mata três vezes mais negros do que brancos.

Ainda assim, há quem argumente que cotas raciais não apenas são desnecessárias, como são prejudiciais à sociedade brasileira. Ao justificar seu projeto de lei para abolir as cotas raciais no estado do Rio de Janeiro, o dep. estadual Rodrigo Amorim (PSL-RJ) argumenta que as “cotas raciais sempre dividem negativamente as sociedades onde são implantadas, gerando o ódio racial e o ressentimento”. Argumentos como esse tentam minimizar a existência do racismo e invisibilizam seus impactos cotidianos, sistêmicos e estruturantes na sociedade brasileira.